 DOI: https://doi.org/10.32811/25954482-2025v8n3.1066

Infecções sexualmente transmissíveis: o que sabem as futuras enfermeiras

Sexually transmitted infections: what future nurses know

Géssica Tuani Teixeira[1], Larissa Acker Meotti[2], Douglas Rafael Ogliari[3], João Roberto da Rocha Nunes[4], Aline Antunes Anziliero[5], Géssica Paula Battisti[6], Priscila Leite Silva[7]

1. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4479-1452 Enfermeira, Mestre em Ciências da Saúde, docente do curso de Enfermagem da UNIPAR – Universidade Paranaense, unidade de Francisco Beltrão, Paraná Brasil.
E-mail: gessicateixeira@prof.unipar.br

2. ORCID: https://orcid.org/0009-0007-4164-0206. Enfermeira, graduada pela UNIPAR – Universidade Paranaense, unidade de Francisco Beltrão, Paraná Brasil.
E-mail: larissa.meotti@edu.unipar.br

3. ORCID: https://orcid.org/0009-0007-0111-4746. Acadêmico de Enfermagem da UNIPAR – Universidade Paranaense, unidade de Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.
E-mail: douglasogliari4723@gmail.com

4. ORCID: https://orcid.org/0009-0005-9555-9492. Acadêmico de Enfermagem da UNIPAR – Universidade Paranaense, unidade de Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.
E-mail: joao.r.nunes@edu.com.br

5. ORCID: https://orcid.org/0009-0006-6246-1058. Acadêmica de Enfermagem da UNIPAR – Universidade Paranaense, unidade de Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.
E-mail: aline.anziliero@edu.unipar.br

6. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0054-971X. Acadêmica de Enfermagem, curso de Enfermagem da UNIPAR – Universidade Paranaense, unidade de Francisco Beltrão, Paraná Brasil.
E-mail: gessica.battisti@edu.unipar.br

7. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1102-3040. Enfermeira, docente do curso de Enfermagem da UNIPAR – Universidade Paranaense, unidade de Francisco Beltrão, Paraná Brasil.
E-mail: prileitesilva36710@gmail.com

RESUMO

Avaliar o conhecimento de acadêmicas sobre infecções sexualmente transmissíveis, em universidade do Paraná. Estudo descritivo, exploratório, de campo, transversal e com abordagem quantitativa realizado com 198 universitárias. Sobre o nível de conhecimento sobre o contágio 43,4% afirmaram ter total conhecimento. Em relação ao papiloma vírus humano, 44,4% indicaram estar totalmente relacionado com o câncer de colo de útero.

Referente ao vírus da imunodeficiência humana, 36,4% relataram erroneamente relação com verrugas genitais e ao que se refere à Hepatite B, 68,7% concordaram assertivamente que há relação na confecção de tatuagem e colocação de piercings, e, quando questionadas sobre as infecções sexualmente transmissíveis que possuem como estratégia de prevenção a vacinação, observou-se corretamente as respostas para Hepatite B (76,8%) e Papiloma vírus humano (89,9%). Observou-se conhecimento moderado sugerindo comportamentos de risco para transmissão das infecções, como a não utilização de preservativo nas relações sexuais.

DESCRITORES: Saúde pública. Fragilidade. Fatores de risco. Epidemiologia. Prevenção de doenças.

ABSTRACT

To evaluate the knowledge of female university students about sexually transmitted infections at a university in Paraná. A descriptive, exploratory, field, cross-sectional study with a quantitative approach conducted with 198 female university students. Regarding the level of knowledge about contagion, 43.4% stated that they had complete knowledge. Concerning the human papillomavirus, 44.4% indicated that it was fully related to cervical cancer. In relation to the human immunodeficiency virus, 36.4% incorrectly reported an association with genital warts. As for Hepatitis B, 68.7% agreed that there is a relationship with tattooing and piercing. When asked about sexually transmitted infections for which vaccination is a preventive strategy, correct responses were observed for Hepatitis B (76.8%) and human papillomavirus (89.9%). A moderate level of knowledge was observed, suggesting risk behaviors for the transmission of infections, such as not using condoms during sexual relations.

DESCRIPTORS: Public health. Frailty. Risk factors. Epidemiology. Disease prevention.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

INTRODUÇÃO

A saúde da mulher em todos os âmbitos vem sendo um dos principais enfoques da saúde pública nas últimas décadas. Para nortear esse contexto, o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) foi criado e implantado no ano de 2004, trazendo melhorias nas práticas de proteção à mulher de forma humanizada, buscando a redução da violência doméstica e morbimortalidade, reestruturando-a na sociedade, e procurando garantir os seus direitos. De maneira geral, embora ainda seja um grande desafio a efetivação dos objetivos, o programa estabelece o cuidado como todas as fases da vida, atuando na prevenção de agravos e promoção da saúde[1].

Esta proposta de cuidado integral em saúde pressupõe uma abordagem que considere todas as dimensões do ser humano - física, emocional, social e sexual - e, dentro desse escopo, a sexualidade deixa de ser tratada apenas como um aspecto biológico e passa a ser compreendida como um componente essencial da qualidade de vida e do bem-estar. Nesse contexto, as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) emergem como um tema prioritário, pois refletem não apenas vulnerabilidades biomédicas, mas também questões sociais, educativas e culturais.

Ao considerar os aspectos sociais e emocionais, a vivência e intimidade com o outro, compreende-se que a prática sexual faz parte dessa convivência e, com ela, os riscos também são reais. As relações sexuais desprotegidas estão diretamente relacionadas às IST, muito presente na vida de jovens de todo o mundo, tornando-se um problema de saúde pública, incidente de acordo com os fatores culturais, socioeconômicos e biológicos[2].

As IST, transmitidas principalmente pelas relações sexuais desprotegidas, são causadas por agentes microbiológicos, como vírus, bactérias e fungos. De acordo com as características e a qualificação, são tratadas a partir de protocolos específicos e, quando identificadas, obrigatoriamente, devem ser notificadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificações (SINAN)[3].

Segundo o Ministério da Saúde, as principais infecções são a sífilis, o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), o Papilomavírus Humano (HPV) e a Hepatite B. É indiscutível que quanto antes diagnosticadas, maiores são as chances de não haver complicações, que podem variar entre sintomas mais brandos, como presença

de corrimentos e verrugas vaginais, até o desenvolvimento de cânceres, infertilidade e morte[4].

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, os casos de IST alcançaram a marca de 1 milhão de pessoas com diagnóstico médico. Durante esse período, jovens com 18 anos ou mais participaram de entrevista que tinha como objetivo quantificar o número quanto ao uso de preservativo, e observou-se que apenas 22,8% afirmaram ter usado em todas as relações, ao passo que 17,1% usaram algumas vezes e 59% não fizeram o uso do preservativo nenhuma vez[5].

Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo avaliar o conhecimento de acadêmicas de enfermagem sobre formas de contágio, sinais e sintomas, características e medidas de prevenção infecções sexualmente transmissíveis, em universidade do Paraná.

MÉTODO

Trata-se de estudo descritivo, exploratório, de campo, transversal e com abordagem quantitativa, com a finalidade de avaliar o conhecimento de acadêmicas de enfermagem de uma universidade do Sudoeste do Paraná sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis.

A amostra se deu por conveniência e foram inclusas à pesquisa as acadêmicas de enfermagem do primeiro ao quinto ano que aceitaram participar da pesquisa, fazendo a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou do Termo de assentimento Livre e Esclarecido (TALE), assinado por um responsável, e, que responderam de forma completa ao questionário. Excluíram-se da pesquisa as que não realizaram a assinatura do TCLE ou TALE, aquelas que não fizeram o preenchimento do instrumento de coleta de dados na íntegra e, ainda, as que porventura não estiveram presentes nos dias de coleta dos dados, totalizando ao final 198 participantes.

Para coleta dos dados, utilizou-se de questionário estruturado com questões fechadas e abertas, elaborado pelos pesquisadores, em que foram analisadas variáveis sociodemográficas (idade, raça, estado civil, se tem filhos, número de filhos, ano que está cursando, profissão e renda familiar), além do histórico de saúde pessoal e familiar sobre câncer de colo uterino e mama, idade da menarca e sexarca, se

faziam uso de método contraceptivo, com que frequência e como julgavam seu conhecimento sobre o tema.

Ademais, as questões sobre IST abordaram diferentes questionamentos sobre exame citopatológico, uso de automedicação, HPV, HIV/Aids, Hepatite B e Sífilis. As respostas das questões objetivas variaram entre as opções: nunca, eventualmente, quase sempre e totalmente. A aplicação do questionário ocorreu de maneira presencial, no período noturno, durante o horário de aula, com agendamento e autorização prévia dos professores, durante o mês de agosto, após assinatura do TCLE ou TALE, previamente distribuídos, com variação de tempo de coleta entre 20 e 30 minutos.

Os dados foram tabulados no Microsoft Excel (2013) e, posteriormente, analisados pelo programa de análises estatísticas SPSS, versão 25.0. Utilizou-se da estatística descritiva para caracterização da amostra e distribuição das frequências das diferentes variáveis analisadas. Todos os dados estão apresentados em forma de tabelas.

O presente estudo foi submetido à análise do Comitê de Ética para Pesquisas com Seres Humanos (CEPEH), sendo aprovado pela CAAE número 69783723.3.0000.0109, de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

Conforme Tabela 1, verificou-se prevalência de acadêmicas de enfermagem, com 20 (16,2%) e 21 (15,7%) anos de idade, sendo a maioria de cor branca (75,8%), sem companheiro (76,2%), sem filhos (82,3%) e cursando o primeiro e terceiro período da graduação, correspondendo a 28,8% e 26,3%, respectivamente. Quanto à profissão, 24,7% das participantes eram estudantes, seguidas por estagiárias (18,2%) e técnicas de enfermagem (10,6%). A renda familiar de maior frequência, com 30,3%, foi de três a cinco salários-mínimos. Por fim, os municípios com maior número de residentes foram Francisco Beltrão (50%), Ampére (6,1%) e Marmeleiro (5,6%).

Tabela 1. Perfil sociodemográfico de acadêmicas de enfermagem de universidade privada do Paraná, 2023.

Variáveis	N	%
Idade (anos)	**-**	**-**
17	3	1,5
18	27	13,6
19	27	13,6
20	32	16,2
21	31	15,7
22	24	12,1
23	13	6,6
24	4	2,0
25-30	13	6,5
Acima de 31	24	12
Raça	**-**	**-**
Branca	150	75,8
Negra	1	0,5
Parda	45	22,7
Amarela	2	1
Situação conjugal	-	-
Com companheiro	47	23,7
Sem companheiro	151	76,2
Possui filhos?	-	-
Sim	35	17,7
Não	163	82,3
Nº de filhos	-	-
Nenhum	162	81,8
1	20	10,1
2	11	5,6
3	5	2,5
Período de graduação	-	-
1ª e 2º período	57	28,8
3ª e 4º período	52	26,3
3º ano	33	16,7
4º ano	42	21,2
5º ano	13	6,6
Profissão	-	-
Estudante	49	24,7
Estagiária	36	18,2
Técnica de enfermagem	21	10,6
Secretária	11	5,6
Atendente de farmácia	9	4,5
Auxiliar de laboratório	8	4,0
Vendedora	8	4,0
Outros	56	28,4
Renda familiar (salários-mínimos)	-	-
1 a 2	58	29,3
3	56	28,3

3 a 5	60	30,3
Mais de 6	24	12,1
Município de residência	-	-
Francisco Beltrão	99	50
Ampére	12	6,1
Marmeleiro	11	5,6
Flor da Serra do Sul	9	4,5
Dois Vizinhos	8	4,0
Nova Prata do Iguaçu	6	3,0
Santa Izabel do Oeste	6	3,0
Campo Erê	5	2,5
Outros	42	21,3

Fonte: Coleta de dados (2023)

A Tabela 2 evidencia o histórico comportamental, hormonal e familiar e indica que 63 (31,8%) das participantes tiveram a menarca aos 12 anos de idade. Sobre a sexarca, verificou-se que 47 (23,7%) da amostra relatou essa experiência aos 16 anos de idade. No que se refere ao histórico de câncer de colo de útero ou mama na família, 50 (25,3%) indicaram positivamente, sendo os maiores casos em avós (8,6%).

No que diz respeito à prática de autocuidado, observou-se que 128 (64,6%) do público participante já realizaram o exame preventivo, sendo 68 (34,3%) realizados nos últimos seis meses. Acerca do uso de métodos contraceptivos, houve prevalência do uso de anticoncepcional por 78 alunas (39,4%). No que se refere ao uso de preservativo nas relações sexuais, 57 (28,6%) indicaram que usavam sempre, em contraponto, 39 (19,7%) das acadêmicas responderam que nunca fizeram uso.

Tabela 2. Histórico comportamental, hormonal e familiar de acadêmicas de enfermagem de universidade privada do Paraná, 2023.

Variáveis	N	%
Idade da menarca	-	-
9 - 10	19	9,6
11	37	18,7
12	63	31,8
13	40	20,2
14	25	12,6
15 - 17	14	7,0
Idade da sexarca	-	-
12 - 13	5	2,5
14	21	10,6
15	43	21,7
16	47	23,7
17	38	19,2
18	19	9,6
19 - 22	11	5,5

Não se aplica	13	6,6
Histórico de CA de colo de útero ou de mama na família?	-	-
Sim	50	25,3
Não	148	74,7
Quem?	-	-
Avó	17	8,6
Tia	12	6,1
Mãe	8	4,0
Outros	5	2,5
Não se aplica	156	78,8
Já realizou o exame preventivo?	-	-
Sim	128	64,6
Não	69	34,8
Quando foi o último exame?	-	-
Nos últimos 6 meses	68	34,3
Há 1 ano	43	21,7
Há 2 anos	19	9,6
Não recorda	3	1,5
Nunca fez o exame	55	27,8
Nunca teve relações sexuais	8	4,0
Usa método contraceptivo?	-	-
Sim	155	78,3
Não	43	21,7
Qual?	-	-
Anticoncepcional	78	39,4
Anticoncepcional e preservativo	45	22,7
Preservativo	27	13,6
Outros	6	3,1
Não se aplica	42	21,2
Com que frequência usa preservativo nas relações sexuais?	-	-
Sempre	57	28,6
Quase sempre	41	20,7
As vezes	28	14,1
Eventualmente	20	10,1
Nunca	39	19,7
Nunca tive relações	12	6,1

Fonte: Coleta de dados (2023)

Conforme demonstra a Tabela 3, quando questionadas sobre o nível de conhecimento sobre o contágio de IST 101 (51%) participantes responderam saber quase sempre e no tocante à idade recomendada pelo Ministério da Saúde para início da coleta de exame citopatológico, 125 (63,1%) acreditavam ser após o início da vida sexual. Concernente a ter conhecimento teórico e prático para realização do exame, 73 (36,9%) disseram que quase sempre tinham e a respeito de se automedicar por ter

conhecimento acadêmico, 79 mulheres (39,9%) indicaram que nunca o fez. Em relação ao HPV, 88 (44,4%) indicaram estar totalmente relacionado com o câncer de colo de útero, e 82 (41%) acreditam totalmente que ter relações sexuais precoces aumentam o risco de contrair o HPV. Ao questionamento quanto a realização da vacina contra o HPV, as eximiam do exame Papanicolau quando mais velhas, 149 (75,3%) responderam assertivamente, ou seja, indicando que há a necessidade de realizá-lo.

No tocante ao HIV, 72 (36,4%) participantes relataram erroneamente que está totalmente relacionado com verrugas genitais, 87 delas (43,9%) acreditava que pessoas com o vírus HIV irão eventualmente desenvolver Aids e, no que diz respeito à transmissão do vírus, 186 (93,9%) acreditavam que nunca seria por beijo no rosto ou abraço.

Ao que se refere à Hepatite B, 136 (68,7%) concordaram totalmente, e de maneira assertiva, que na confecção de tatuagem, colocação de piercings, procedimentos odontológicos ou cirúrgicos, seria possível haver a transmissão do vírus. Concernente ao tratamento, 102 (51,5%) acreditavam que este nunca seria realizado com antibióticos. Em relação aos sinais e sintomas, 67 (33,8%) acadêmicas responderam que eventualmente quando presentes, costumavam manifestar-se apenas em fases mais avançadas da doença, na forma de cansaço, tontura, enjoo e/ou vômito, febre e dor abdominal.

Relacionado à Sífilis, 99 (50%) responderam incorretamente que se trata de infecção sexualmente transmissível, curável, causada pela bactéria *neisseria gonorrhoeae* e se apresenta nos estágios primário, secundário, latente e terciário. Ao que se refere ao conhecimento sobre a bactéria pode ser transmitida para a criança durante a gestação, 120 mulheres (60,6%) responderam acertadamente. Relativamente ao tratamento da sífilis, 144 acadêmicas (72,7%) relataram ser com penicilina benzatina.

Quando questionadas sobre as IST que possuem como estratégia de prevenção a vacinação, observou-se corretamente as 152 respostas para Hepatite B (76,8%) e 178 para HPV (89,9%).

Tabela 3. Conhecimento das acadêmicas de enfermagem de universidade privada do Paraná, 2023.

Variáveis	N	%
Você acredita ter conhecimento sobre o contágio de IST?	-	-
Sempre	86	43,4
Quase sempre	101	51
Eventualmente	9	4,5
Nunca	2	1
Qual é a idade recomendada para o início da coleta de CP?	-	-
18	8	4,0
20	3	1,5
25	54	27,3
Após início da vida sexual	125	63,1
Não sabe	8	4,0
Acredita ter conhecimento para a realização do exame?	-	-
Totalmente	53	26,8
Quase sempre	73	36,9
Eventualmente	44	22,2
Nunca	28	14,1
Já se automedicou por ter conhecimento acadêmico?	-	-
Totalmente	10	5,1
Quase sempre	41	20,7
Eventualmente	68	34,3
Nunca	79	39,9
O HPV está relacionado com CA de colo de útero?	-	-
Totalmente	88	44,4
Quase sempre	60	30,3
Eventualmente	31	15,7
Nunca	15	7,6
Ignorado	4	2,0
Relações sexuais precoces aumentam o risco de contrair HPV?	-	-
Totalmente	82	41
Quase sempre	59	29,8
Eventualmente	40	20,2
Nunca	15	7,6
Ignorado	2	1,0
As vacinadas contra o HPV não precisam fazer o exame Papanicolau quando mais velhas?	-	-
Totalmente	31	15,7
Quase sempre	9	4,5
Eventualmente	8	4,0

Nunca	149	75,3
Ignorado	1	0,5
Você acredita que o HIV pode causar verrugas genitais?	-	-
Totalmente	72	36,4
Quase sempre	29	14,6
Eventualmente	47	23,7
Nunca	50	25,3
Acredita que a pessoa com HIV sempre desenvolverá a AIDS?	-	-
Totalmente	24	12,1
Quase sempre	46	23,2
Eventualmente	87	43,9
Nunca	41	20,7
O HIV pode ser transmitido por abraço ou beijo no rosto?	-	-
Totalmente	3	1,5
Quase sempre	2	1,0
Eventualmente	5	2,5
Nunca	186	93,9
Ignorado	2	1,0
Tatuagens, piercings, procedimentos odontológicos ou cirúrgicos podem transmitir Hepatite B?	-	-
Totalmente	136	68,7
Quase sempre	19	9,6
Eventualmente	34	17,2
Nunca	8	4,0
Ignorado	1	0,5
O tratamento para infectados por hepatite B se dá com o uso de antibiótico?	-	-
Totalmente	23	11,6
Quase sempre	31	15,7
Eventualmente	39	19,7
Nunca	102	51,5
Ignorado	3	1,5
A hepatite B costuma manifestar-se em fases mais avançadas da doença: cansaço, tontura, enjoo e/ou vômito, febre e dor abdominal. Para você, essa afirmativa está correta?	-	-
Totalmente	36	18,2
Quase sempre	65	32,8
Eventualmente	67	33,8
Nunca	27	13,6
Ignorado	3	1,5

A sífilis é curável, causada pela bactéria *Neisseria gonorrhoeae* e se apresenta nos estágios primário, secundário, latente e terciário?	-	-
Totalmente	99	50
Quase sempre	36	18,2
Eventualmente	24	12,1
Nunca	37	18,7
Ignorado	2	1,0
A Sífilis pode ser transmitida para o bebê durante a gestação?	-	-
Totalmente	120	60,6
Quase sempre	31	15,7
Eventualmente	28	14,1
Nunca	18	9,1
Ignorado	1	0,5
Qual antibiótico é utilizado no tratamento de Sífilis?	-	-
Amoxicilina	13	6,6
Ceftriaxona	11	5,6
Penicilina benzatina	144	72,7
Ampicilina	11	5,6
Metronidazol	21	10,6
Contra quais infecções existem vacinas?	-	-
HIV	-	-
Sim	14	7,1
Não	184	92,9
Hepatite B	-	-
Sim	152	76,8
Não	46	23,2
HIV/AIDS	-	-
Sim	3	1,5
Não	195	98,5
Sífilis	-	-
Sim	7	3,5
Não	191	96,5
HPV	-	-
Sim	178	89,9
Não	20	10,1

Fonte: Coleta de dados (2023)

DISCUSSÃO

De acordo com a atual pesquisa, as acadêmicas do curso de enfermagem predominantemente tinham idades entre 20 e 21 anos, não possuíam companheiro (76,2%) e eram brancas (75,8%). Dados convergentes dos identificados em estudo[6] de uma universidade no norte catarinense, quando identificou que a maioria das participantes possuíam entre 22 e 30 anos (46,5%) e eram solteiras (39%), destacando que as mais jovens buscam a universidade a fim de construir conhecimento, visando ingressar no mercado de trabalho com formação na área desejada, com ânsia de um futuro com bom emprego e crescimento financeiro.

Relativo ao número de filhos e à profissão que estavam ocupando, a grande maioria das participantes (82,3%) responderam não ter nenhum filho e 24,7% não possuíam vínculo empregatício, corroborando pesquisa[7] desenvolvida em uma instituição de ensino superior em Salvador, na Bahia, em que 54,8% dos acadêmicos responderam não possuir filhos e 56,9% não atuavam no mercado de trabalho. Neste caso, sugere-se que a escassez de emprego pode estar relacionada ao auxílio financeiro dos pais durante a graduação que, de maneira geral, limita, por vezes, a possibilidade de manter emprego e estudar ao mesmo tempo. Já quanto ao número elevado de acadêmicas sem filhos, pode relacionar-se com as prioridades de manter os estudos como foco, quando se pensa que os filhos demandam tempo, dinheiro e responsabilidade que podem interferir na graduação.

Quando questionadas sobre o período de graduação, uma boa parcela das acadêmicas (28,8%) cursava o primeiro e segundo período, assemelhando-se ao estudo[8] em que os acadêmicos de enfermagem entrevistados na Universidade Federal de Juiz de Fora estavam cursando entre o primeiro e quinto período de graduação. Com o passar dos anos, eleva-se também a dificuldade de estudo com matérias específicas, atividades e estágios, sendo possível relacionar que a quantidade de alunos diminui com desistências do curso, além das mudanças de área.

Como observado na pesquisa, o município com maior número de residentes foi Francisco Beltrão (50%), local onde a universidade está vinculada, deste modo, é possível relacionar que muitos estudantes que conseguem e/ou precisam ingressar no curso desejado ou aquele em que consegue uma vaga, saem das cidades de origem, onde têm famílias e se alojam próximo à faculdade, indo de encontro a

pesquisa [9] cuja maioria dos alunos precisou mudar de localidade para cursar ensino superior (60%).

No que se refere a renda familiar, observou-se maior frequência de três a cinco salários-mínimos (30,3%), diferenciando-se de dados do IBGE[5], no ano de 2021, em que a Região Sul obteve média de rendimento de 1.656,00 reais mensais. A justificativa desta diferença pode ser explicada pelo fato de a universidade de estudo ser privada, desta maneira, para que ocorra a manutenção, espera-se que a renda familiar seja superior à média da observada na região.

Ainda sobre o perfil sociodemográfico e implicações para o autocuidado, o histórico hormonal da amostra identificou que a menarca ocorreu aos 12 anos para 31,8% das participantes, reforçando os dados do Ministério da Saúde[10]. Trata-se de processo natural que ocorre quando o útero se prepara para receber o feto, e quando o óvulo não é fecundado, o endométrio descama, formando a menstruação.

Nesse mesmo sentido, este estudo verificou que 23,7% da amostra teve a primeira experiência sexual aos 16 anos de idade, assemelhando-se a pesquisa[11] de Minas Gerais, em que a idade média para esta mesma prática foi de 14,5 anos de idade. Destaca-se que os dados obtidos em ambos os estudos sugerem que a iniciação precoce nas relações sociais acontece em diferentes regiões, fato que pode comprometer o correto entendimento de proteção em relações sexuais, tornando o público jovem mais vulnerável às IST e implicações no autocuidado.

No cenário que envolve a saúde da mulher, verificou-se também sobre o histórico familiar de câncer de colo de útero ou mama, quando pouco mais de ¼ da amostra (25,3%) indicou positivamente a presença de casos, sendo os mais incidentes em avós (8,6%). O câncer do colo do útero é o terceiro tipo prevalente entre mulheres, sendo que, no Paraná, a taxa bruta de incidência estimada para 2023 é de 790/100.000 habitantes, já o que diz respeito ao câncer de mama, foram estimados 3.650/100.000 habitantes[12].

Para o Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva, o aumento de casos está associado ao envelhecimento populacional, às mudanças no comportamento e estilo de vida e ao diagnóstico associado à difusão do rastreamento mamográfico, recomendado no Brasil de 50 a 69 anos. Além disso, sugere-se relação com fatores de risco associados a condições hormonais ou reprodutivas, como nuliparidade, gravidez tardia e não amamentação; questões comportamentais, como

obesidade, ingestão de bebidas alcoólicas, inatividade física; e fatores ocupacionais, como trabalho noturno e exposição às radiações, além de condições genéticas e hereditárias[13].

Neste sentido, observou-se que 64,6% do público participante realizaram o exame preventivo, sendo 34,3% nos últimos seis meses, enquanto 27,8% nunca o fizeram. Sabe-se que o exame papanicolau é indispensável na vida da mulher, pois trata-se da principal forma de detecção de lesões causadas pelo HPV e precursoras do câncer de colo do útero. A coleta do citopatológico deve abranger a população entre 25 e 64 anos de idade, contudo, destacam-se entre os principais motivos para não realização as dores físicas, os sangramentos e o constrangimento, já no que tange a quantidade de acadêmicas que nunca realizaram o exame, esta pode estar relacionada à idade desse público, inferior à faixa etária recomendada[14].

Quando questionadas sobre o uso de métodos contraceptivos, 39,4% afirmaram fazer uso de anticoncepcional, dados inferiores aos observados no estudo[15] com 85 universitárias de farmácia no Centro Universitário Campos de Andrade, quando 98,1% revelaram fazer uso de algum método contraceptivo, tendo como prevalência o uso de anticoncepcional (84%). Os anticoncepcionais orais e injetáveis de maneira geral são métodos mais acessíveis e, desta maneira, tornam-se a escolha principalmente de adolescentes.

Assim, no que se refere ao uso de preservativo nas relações sexuais, 28,6% indicaram que usam sempre, contraponto, 19,7% das acadêmicas que responderam nunca ter feito uso. Sabendo que trata-se da estratégia adequada de prevenção para IST, uma vez que impede o contato com secreções, foco dos agentes etiológicos responsáveis pelas infecções. Deste modo, opondo-se aos dados da pesquisa, estudo[16] realizado em universidade do Rio de Janeiro, identificou que 26,1% relataram utilizar preservativo. Assim, observa-se que apesar das diversas campanhas direcionadas à prevenção de IST e gravidez indesejada evidenciarem que a principal forma de prevenir é o uso do preservativo, a imaturidade deste público é o principal fator responsável pela não utilização do método de barreira, considerando, ainda, que mulheres com parcerias fixas não julgam necessário a utilização do preservativo.

Ao que se refere ao nível de conhecimento sobre o contágio de IST, 51% das participantes responderam saber quase sempre, ao passo que 43,4% afirmaram ter total conhecimento sobre o assunto. Neste sentido, um estudo[17] baiano observou

número elevado de alunos (92,5%) que obtinham conhecimento sobre a temática. Tais respostas podem estar relacionadas às campanhas que esclarecem aos cidadãos que o contágio das IST se dá pelo sexo desprotegido. Por outro lado, vale ressaltar que com o passar dos anos, a internet se tornou ferramenta acessível a todos, que por meio notícias, artigos e redes sociais, contribuem para o conhecimento deste público.

Referente à idade recomendada pelo Ministério da Saúde para início da rotina de citopatológico, 63,1% acreditavam ser após o início da vida sexual, enquanto 27,3% indicaram iniciar aos 25 anos. A coleta do exame preventivo é indispensável na vida das mulheres sexualmente ativas, tendo como intuito o diagnóstico precoce de lesões precursoras de câncer de colo de útero, na grande maioria das vezes, causada pelo HPV. Deste modo, recomenda-se que o exame seja realizado a partir dos 25 anos de idade, por outro lado, o vírus é adquirido por meio das relações sexuais desprotegidas, e, pensando nisso, o município de origem da pesquisa implantou, em 2018, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, o protocolo municipal de enfermagem, indicando que as coletas do exame devem iniciar dois anos após início de atividade sexual, justificando, assim, a prevalência de acadêmicas com essa perspectiva[12].

No que tange possuir conhecimento teórico e prático para realização do exame preventivo, 36,9% quase sempre e 26,8% responderam ter totalmente. Neste mesmo cenário, estudo[18] do Recife, indicou que o exame de rotina é de extrema relevância na saúde da mulher, por esse motivo, é necessário que os profissionais tenham conhecimento teórico-prático para realizar de forma satisfatória para o diagnóstico preciso. A amostra na pesquisa indicou prevalência de acadêmicas com conhecimento sobre a realização do exame, pelo fato de que na universidade, os estágios na área da saúde da mulher e atenção básica estão presentes a partir do terceiro ano do curso.

Já em relação a automedicar-se por ter conhecimento acadêmico, o maior percentual (39,9%) indicou que nunca fez, seguido daqueles que responderam praticar eventualmente (34,3%) e quase sempre (20,7%). Divergente aos dados da pesquisa[11], em que houve prevalência de alunos que indicaram ter autoconfiança em tomar medicamentos sem prescrição (81%).

A automedicação pode ser um problema, se realizada de forma inconsciente e com falta de orientação profissional. Por este motivo, acredita-se que a pesquisa tenha

maioria de alunas que nunca o fizeram. Por outro lado, a porcentagem das que se automedicam quase sempre é elevada, indo de encontro ao raciocínio de que, por estar em um curso da área da saúde, haja conhecimento suficiente para tratar de dores agudas ou inflamações, com uso de múltiplos fármacos que, se utilizados de maneira incorreta, podem agravar outros problemas.

No tocante ao HPV, 44,4% da amostra indicou estar totalmente relacionado com o câncer de colo de útero, e 41% acreditavam totalmente que ter relações sexuais precoces aumentam o risco de contrair o HPV. Assemelhando-se à pesquisa[19] de São Paulo, quando 91,2% dos participantes do primeiro e do quinto ano (98,9%) do curso afirmaram que o HPV pode causar câncer de colo de útero. Salienta-se que o HPV é contraído por meio das relações sexuais desprotegidas, quando um dos parceiros já possui o vírus, e a evolução das lesões no epitélio do colo uterino culmina, a longo prazo, no câncer.

A respeito de as mulheres já vacinadas contra o HPV não precisarem fazer o exame Papanicolau quando mais velhas, 75,3% responderam assertivamente, ou seja, indicaram que há necessidade de realizá-lo. Assim, é indispensável que as mulheres com idade entre 25 e 64 anos, sexualmente ativas realizem a coleta do exame preventivo, uma vez que a vacina quadrivalente contra o HPV, disponível na rede pública, protege contra os principais tipos de vírus oncogênicos (16 e 18).[20]

Relacionado ao conhecimento sobre o vírus HIV, 36,4% das participantes relataram erroneamente que está totalmente relacionado com verrugas genitais. Ainda, grande parcela (43,9%) acreditava que pessoas com o vírus HIV irão eventualmente desenvolver Aids. Em relação à forma de transmissão do vírus HIV, 93,9% das acadêmicas acreditavam que nunca seria por meio de beijo no rosto ou abraço, indo de encontro ao estudo[21] paulista, em que 90,7 % dos entrevistados acreditavam ser improvável a transmissão do vírus através de aperto de mãos, toque ou beijo.

Já no que se refere ao tema Hepatite B, verificou-se que 68,7% da amostra concordou totalmente e, de maneira assertiva, que na confecção de tatuagem, colocação de piercings, procedimentos odontológicos ou cirúrgicos, é possível haver a transmissão do vírus. Com isso, o estudo[22] realizado em Brasília, demonstrou que 95% da amostra referiu que a transmissão pode acontecer por transfusão de sangue, bem como 41% afirmou ser também por meio de tratamento odontológico. Neste

sentido, os acadêmicos entendem que a transmissão ocorre pelo sangue contaminado, em procedimentos com materiais não higienizados ou esterilizados.

Em relação aos sinais e sintomas, neste estudo, 33,8% das acadêmicas responderam que eventualmente, quando presentes, costumam manifestar-se apenas em fases mais avançadas da doença, na forma de cansaço, tontura, enjoo ou vômito, febre e dor abdominal. Sobre o tratamento, 51,5% acreditam que este nunca seria realizado com antibióticos. A Hepatite B é incurável e o tratamento apenas está interligado a não progressão da doença que pode ser desenvolvida na forma aguda e crônica. Em muitos casos, não há sintomas e, por esse motivo, a não realização de testes para diagnóstico contribui para que a pessoa infectada não tenha conhecimento sobre o atual quadro clínico. Já quando apresentados, os sintomas comuns são cansaço, tontura, náuseas e vômito, febre e dor abdominal.

Relacionado à Sífilis, 50% responderam incorretamente que se trata de infecção sexualmente transmissível e curável, causada pela bactéria *Neisseria gonorrhoeae*, que se apresenta nos estágios primário, secundário, latente e terciário. Ressalta-se que a bactéria causadora da sífilis é a *Treponema pallidum*, transmitida por relações sexuais desprotegidas, quando um dos indivíduos está contaminado; ou de modo congênito, de mãe para filho, na gestação ou durante o trabalho de parto. A bactéria *Neisseria gonorrhoeae,* por sua vez, é a causadora da gonorreia, infecção que pode causar sintomas como corrimento vaginal e dor em baixo ventre. A questão está em forma parcialmente correta, com isso, acredita-se que as acadêmicas entrevistadas não se atentaram ao que a questão estava afirmando em integralidade, resultando em erro.

Já sobre o conhecimento de a bactéria poder ser transmitida para a criança durante a gestação, 60,6% responderam de maneira assertiva. Nesse viés, pesquisadores[23] identificaram em Pernambuco, dados superiores, com prevalência de 91% dos estudantes afirmando que a sífilis pode ser transmitida por contato sexual e de mãe para filho no parto. Com taxa de 70% a 100% de transmissão vertical nas fases primária e secundária da doença nas mães não tratadas corretamente, há o aumento significativo do risco de aborto espontâneo, morte perinatal, natimorto e malformações congênitas, podendo chegar em 40% dos bebês infectados. A Organização Mundial da Saúde supõe ainda que a taxa de incidência anual seja de 12 milhões de casos, sendo 1,5 milhões em gestantes[24].

Referente ao tratamento da sífilis, 72,7% relataram ser com penicilina benzatina, seguida por metronidazol (10,6%), amoxicilina (6,6%), ceftriaxona e ampicilina (5,6% cada), análogo ao estudo[23] em que 71,1% dos participantes indicaram que o tratamento consiste na administração de penicilina benzatina. Compreende-se que a maioria das alunas entrevistadas entendiam sobre o tratamento, observando que os outros antibióticos estão ligados infecções distintas.

Quando questionadas sobre as IST que possuem como estratégia de prevenção a vacinação, observou-se corretamente as respostas para Hepatite B (76,8%) e HPV (89,9%). Relacionado aos resultados obtidos, na pesquisa[19] que questionou se a vacina contra HPV faz parte da carteira de vacinas das meninas, 62,6% dos alunos do primeiro ano indicaram que sim, bem como os do quinto ano (87,5%). Já em estudo cearaense[25], 83% dos participantes indicaram que a forma de prevenção da Hepatite B é a vacinação. Assim, acredita-se que as participantes de ambas as pesquisas possuam conhecimento acerca desse assunto, possivelmente abordado durante a graduação.

As altas taxas de respostas corretas foram dadas para aquelas infecções que não são imunopreveníveis: HIV (92,2%) e Sífilis (96,5%). Dados superiores ao estudo[18] realizado no Recife em os participantes declararam existir vacina para a prevenção de HIV/Aids e Sífilis (53,2%).

Enfatiza-se que a epidemia global do HIV não está distribuída de forma igualitária. Dados mundiais estimam que 38 milhões de pessoas viviam com o HIV em todo o mundo, apontando a África Oriental como epicentro da pandemia, representando 54%. E, apesar de grandes esforços da ciência em busca de estratégias de prevenção, até o presente momento não existem terapias de cura eficientes[26].

CONCLUSÃO

O estudo revelou que a maioria das acadêmicas de enfermagem é jovem, solteira, sem filhos e sem vínculo empregatício, o que evidencia uma fase de transição focada na formação profissional. Observou-se que, embora haja conhecimento teórico satisfatório sobre IST, prevenção e autocuidado, práticas como o uso consistente de preservativos e a realização regular de exames preventivos ainda não são adotadas por parte significativa das participantes.

Além disso, foram identificadas lacunas no reconhecimento correto dos agentes etiológicos das ISTs e no uso responsável da automedicação. Tais achados reforçam a necessidade de estratégias educativas contínuas e contextualizadas no ambiente acadêmico, com foco no fortalecimento do autocuidado, no estímulo ao pensamento crítico e na promoção de hábitos saudáveis.

Para a enfermagem, isso implica a valorização do papel educativo do enfermeiro, tanto na formação de futuros profissionais quanto na atuação comunitária, sendo essencial que esses estudantes sejam capacitados não apenas tecnicamente, mas também como multiplicadores de informações de qualidade no cuidado integral à saúde sexual e reprodutiva.

Uma das principais limitações deste estudo é a sua natureza transversal e a restrição geográfica à população de acadêmicas de enfermagem de uma única instituição, o que limita a generalização dos resultados para outros contextos educacionais ou regiões. Além disso, o uso de instrumentos autoaplicáveis pode ter levado a vieses de resposta, como sub ou superestimação de comportamentos sensíveis.

Por fim, sugere-se o fortalecimento de ações educativas contínuas no ambiente acadêmico que abordem não apenas aspectos técnicos, mas também dimensões emocionais e relacionais do cuidado em saúde sexual e reprodutiva, além de estimular o diálogo e reflexão crítica entre os estudantes sobre prevenção de IST e autocuidado, e provocar reflexões para novas pesquisas sobre a temática.

REFERÊNCIAS

1. Santana TDB et al. Avanços e desafios da concretização da política nacional da saúde da mulher: uma revisão literária. Rev. Aten. Saúde, São Caetano do Sul, v.17, n. 61, p. 135-141 jul./set., 2019. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/6012.

2. Spindola T et al. A prevenção das infecções sexualmente transmissíveis nos roteiros sexuais de jovens: diferenças segundo o gênero. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de janeiro 26(7):2683-2692, 202 abr, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.08282021

3. Domingues CSB et al. Protocolo Brasileiro para Infecções sexualmente transmissíveis 2020: vigilância epidemiológica. Rev. Epidemiol. Serv. Saúde. Vol. 30, no.esp1, Brasília, 2021. Disponível em:

http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742021000500002

4. Brasil, Ministério da saúde. Cerca de 1 milhão de pessoas contraíram infecções sexualmente transmissíveis no Brasil em 2019. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/cerca-de-1-milhao-de-pessoas-contrairam-infeccoes-sexualmente-transmissiveis-no-brasil-em-2019

5. IBGE, Instituto brasileiro de geografia e estatística. Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=J%C3%A1%20as%20regi%C3%B5es%20Sul%20e,R%24%201.645%2C%20respectivamente

6. Nassif AA, Pereira SC. Perfil dos egressos do curso de enfermagem de uma universidade do planalto norte catarinense / Profile of nursing course profile of a northern catharian planalt university. Braz. J. Develop. [Internet]. 2019 Dec. 26 [cited 2025 Jun. 24];5(12):32996-3008. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv5n12-355

7. Saho M et al. Características sociodemográficas e acadêmicas de estudantes de enfermagem em formação profissional. Revista Enfermagem Contemporânea, v. 10, n. 2, p. 280-288, 2021. DOI: https://doi.org/10.17267/2317-3378rec.v10i2.3892

8. Coelho LS et al. Sintomas de depressão e ansiedade em graduandos de enfermagem são associados às suas características sociodemográficas. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 74, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0503

9. Vidal ES et al. Estilo de vida de acadêmicos de enfermagem como determinante do processo saúde-doença. Revista Brasileira de Educação e Saúde-REBES. v. 12, n.1, p.77-86, jan-mar, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/369463252

10. Brasil, Ministério da saúde. Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil / Instituto Nacional de Câncer. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: https://www.inca.gov.br/publicacoes/livros/estimativa-2023-incidencia-de-cancer-no-brasil

11. Vieira AIR et al. Automedicação entre acadêmicos de enfermagem: pesquisa-ação em uma instituição privada em Rondônia. Research, Society and Development, v. 10, n. 15, p. e409101523079-e409101523079, 2021. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v10i15.23079

12. Brasil, Ministério da saúde. Câncer do colo do útero: exame para detecção é oferecido no SUS. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/cancer-do-colo-do-utero-exame-para-deteccao-e-oferecido-no-sus

13. INCA, Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil / Instituto Nacional de Câncer. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: https://www.inca.gov.br/publicacoes/livros/estimativa-2023-incidencia-de-cancer-no-brasil

14. Morais ISM et al. A importância do exame preventivo na detecção precoce do câncer de colo uterino: uma revisão de literatura. Revista Eletrônica Acervo Enfermagem, v. 10, p. e6472-e6472, 2021. DOI: https://doi.org/10.25248/reaenf.e6472.2021

15. Oliveira KAR, Sato MDO, Sato RMS. Uso e conhecimento a respeito de anticoncepcionais por acadêmicas de farmácia. Revista uniandrade, v. 20, n. 3, p. 115-120, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.5935/1519-5694.20180014/revuniandrade.v20n3p-115-120

16. Spíndola et al. Uso e negociação de preservativos por acadêmicos de enfermagem. Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem, v. 10, n. 32, p. 81-91, 2020. Disponível em: https://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/313

17. Matos RS et al. Uma análise sobre o conhecimento dos jovens sobre a prevenção de IST e promoção da saúde. Revista Saúde. com, v. 18, n. 4, 2022. DOI: https://doi.org/10.22481/rsc.v18i4.11386

18. Souza LN et al. Desafios e perspectivas do exame preventivo de colo uterino durante a vivência da prática profissional: relato de experiência. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 12, n. 11, p. e4579-e4579, 2020. DOI: https://doi.org/10.25248/reas.e4579.2020

19. Panobianco MS et al. Conhecimento de acadêmicos de enfermagem sobre a vacina contra o papilomavírus humano. Acta Paulista de Enfermagem, v. 35, p. 1-8, 2022. DOI: https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO02291

20. Moura APFP, De Oliveira HC. HPV e Câncer do Colo do Útero: Um estudo do entendimento de mulheres em formação militar no Rio Grande do Norte. RECISATEC-REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA-ISSN 2763-8405, v. 2, n. 8, p. e28172-e28172, 2022. DOI: https://doi.org/10.53612/recisatec.v2i8.172

21. Gomes LB et al. Conhecimento científico sobre HIV/AIDS entre estudantes universitários. Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem, v. 11, n. 34, p. 119-127, 2021. Disponível em: https://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/397

22. Silva IS, Santos GY, Pereira CM. Conhecimento dos acadêmicos de odontologia e enfermagem sobre a Hepatite B. J Health Sci Inst. 2020;38(4):257-61. Disponível em: https://repositorio.unip.br/journal-of-the-health-sciences-institute-revista-do-instituto-de-ciencias-da-saude/conhecimento-dos-academicos-de-odontologia-e-enfermagem-sobre-a-hepatite-b/

23. Albuquerque LL et al. Avaliação do conhecimento de universitários de Vitória de Santo Antão sobre a sífilis. Research, Society and Development, v. 11, n. 13, p. e122111335162-e122111335162, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49353

24. Conceição HN, Câmara JT, Pereira BM. Análise epidemiológica e espacial dos casos de sífilis gestacional e congênita. Rev. Saúde debate. rio de janeiro, v. 43, n. 123, p. 1145-1158, out-dez 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-1104201912313

25. Farias YMB. Nível de conhecimento e prevenção de hepatites B e C em estudantes de odontologia. 2021. 41 f. TCC (Graduação em Odontologia) - Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/56949

26. Araújo HMC et al. Quatro décadas após a epidemia de HIV/AIDS: conquistas e desafios. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 5, n. 5, p. 343-360, 2023. DOI: https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n5p343-360

RECEBIDO: 19/02/2025
APROVADO: 28/08/2025